



Sem falar em eleições, Seguro quer PS pronto para governar

Universidade. Líder socialista quer apresentar bases de programa de Governo no próximo ano. Seguro garante que acabará com a injustiça do corte nas pensões se a medida for por diante

MIGUEL MARUJO

No encerramento da Universidade de Verão do PS, António José Seguro deixou de lado o discurso que os socialistas alimentaram, até julho, de pedido de eleições para concentrar o partido na construção das "bases do programa do futuro Governo", a "antecipar e apresentar, durante o próximo ano". Mesmo sem se referir às eleições, o secretário-geral do PS quer ter o partido pronto para governar para qualquer eventualidade. "O próximo Governo não tem direito a errar", garantiu Seguro.

"Não se trata de um qualquer guião, mas de uma proposta concreta, pensada e fundamentada", notou de forma irónica, referindo-se ao guião da reforma do Estado prometido pelo Governo desde fevereiro e que até hoje não foi revelado. Antecipando críticas à iniciativa – para a qual conta com o "contributo de todos os portugueses" – "por ser demasiado cedo", o líder socialista diz que se trata de "uma condição de boa governação". "Não haverá improvisos, nem experimentalismos, com o futuro Governo", defendeu.

Também sem improviso, Seguro alinhou um longo ataque ao Governo, onde afirmou a mais "firme oposição a mais cortes nas funções sociais do Estado", para depois recordar que "o segundo resgate de que o primeiro-ministro periodicamente fala nada tem que ver" com esse Estado social. "É a incompetência e são as políticas erradas do Governo que nos colocam sob o risco de um segundo resgate."

À defesa do Estado social e à vontade para combater a crise, o líder socialista enunciou o compromisso de votar contra a "aplica-



Seguro continua a bater-se pela redução do IVA na restauração

ção retroativa" da convergência dos sistemas públicos de pensões, que o PS quer apenas "para o futuro". "Se entrar em vigor, assumo o compromisso perante os reformados de acabar com a injustiça do corte dessas pensões."

Outra promessa assumida foi a de apresentar "já no início da sessão legislativa quatro propostas concretas", como "a diminuição do IVA na restauração, a redução do IMI, através da atualização da fórmula de cálculo do valor patrimonial fiscal, a redução da taxa do IRC para 12,5% para os primeiros 12 500 euros de lucros, apoiando as PME, e a recomendação ao Governo para que não atrase mais o

apoio social aos idosos sem recursos para suportar o aumento das rendas, provocados pela nova lei", acompanhadas "das correspondentes contrapartidas de neutralidade orçamental". São medidas que o PS quer ver refletidas no Orçamento do Estado, na única referência feita pelo líder socialista a este documento, que será apresentado logo depois das autárquicas, apesar de se saber que a proposta terá de passar pelos cortes que Passos Coelho prometeu fazer em carta enviada à *troika* e que Seguro voltou a criticar como mais "uma tentativa de destruir o Estado social". Os novos ataques de Passos Coelho ao Tribunal Consti-

POSIÇÕES

Bombeiros, Síria e autárquicas

Seguro começou o seu longo discurso por homenagear os bombeiros mortos no combate aos incêndios, prometendo para mais tarde "iniciativas adequadas" do PS, porque agora seria "fazer da política um mero jogo de oportunidades". Depois fez questão de anunciar que vai opor-se a uma iniciativa militar na Síria "sem um mandato legal aprovado no plano multilateral". O líder do PS condenou "o massacre de civis na Síria", defendendo que este "ato deve ser punido de forma clara e legal". Também as autárquicas mereceram a atenção de Seguro, mantendo a fasquia para 29 de setembro: mais votos bastam aos socialistas para cantar vitória.

tucional não foram esquecidos por Seguro. "É preciso dizer com frontalidade ao primeiro-ministro que atacar, ameaçar ou querer fazer do Tribunal Constitucional o bode expiatório dos fracassos do Governo é absolutamente inaceitável num Estado de direito." Com uma fronteira clara traçada. "O Estado de direito e o Estado social são a expressão política dos dois valores fundamentais que estruturam a nossa visão progressista e solidária da política e da sociedade: a liberdade e a igualdade. E são estes progressos civilizacionais que hoje estão ameaçados pelos cortes que este Governo se prepara para executar."